

Precarização das relações de trabalho na educação infantil comunitária em Porto Alegre (RS): estudo de caso na AEPPA

Precariousness of labor relations in community early childhood education in Porto Alegre (RS): a case study in AEPPA.

Fernanda dos Santos Paulo¹

55

Resumo: O artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica, documental e autoetnográfica. O ponto de partida são as reflexões desde a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre e o contexto da Educação Infantil Comunitária em regime de Parceria Público Privado. O objetivo é sistematizar e compartilhar um contexto específico de oferta de Educação Infantil, marcado pela crescente e histórica precarização docente, ainda invisibilizado em nosso país. Problemático os sentidos dados ao comunitário e a Educação Popular em uma realidade marcada por desvalorização profissional de trabalhadoras que atuam em territórios periféricos. Concluo que a Educação Infantil é marcada por um sentido dominante e excludente: a educação em comunidades periféricas realiza-se com políticas de valor benevolente e filantrópico. As educadoras não são reconhecidas enquanto docentes tanto pelo poder público como pelas comunidades.

Palavras-chave: Educação Infantil Comunitária. Educação Popular. Políticas Educacionais. Desvalorização da docência.

Abstract: The article presents a bibliographical, documental and autoethnographic research. The starting point is the reflections from the Association of Popular Educators of Porto Alegre and the context of Community Early Childhood Education in a Public Private Partnership regime. The objective is to systematize and share a specific context of Early Childhood Education, marked by the growing and historical precariousness of teachers, still invisible in our country. I problematize the meanings given to the community and Popular Education in a reality marked by professional devaluation of workers who work in peripheral territories. I conclude that Early Childhood Education is marked by a dominant and excluding meaning: education in peripheral communities is carried out with policies of benevolent and

¹ Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Alvorada. Pedagoga. Especialista em Educação Popular e Movimentos Sociais. Mestrado e Doutorado em Educação com estudos acerca da Educação Popular. E-mail: fernandapaulofreire@gmail.com

Recebido em 16/07/2023

Aprovado em: 08/08/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



philanthropic value. Women educators are not recognized as teachers either by the government or by the communities.

Keywords: Community Early Childhood Education. Popular Education. Educational Policies. Devaluation of teaching.

Considerações iniciais

Neste texto tratarei do contexto da Educação Infantil na cidade de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, especialmente vinculado aos estudos da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA).

A AEPPA foi formalizada como tal em 2000, mas ela surge nos primeiros anos da década de 1990 enquanto Movimento de Educação Popular que busca formação, reconhecimento, valorização e valoração dos educadores e educadoras que trabalham nas instituições comunitárias da cidade de Porto Alegre. (PAULO, 2010, 2013, 2019; FERREIRA, 2010; PAULO; FERREIRA, 2021). São trabalhadores e trabalhadoras vinculadas a Educação Infantil, a Educação de Jovens e Adultos (ensino fundamental e ensino médio) e na Educação Não Escolar institucionalizada (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Ação Rua, Trabalho Educativo, Abrigos etc.). Essas trabalhadoras e trabalhadores se identificam como educadores (as) populares, o que não se refere a profissão, mas a militância na Educação Popular e confluência com a pedagogia freiriana.

Na AEPPA tem um número significativo de educadoras e coordenadoras da Educação Infantil que atuam nas Escolas Comunitárias de Educação Infantil (ECEI) há décadas, as quais possuem um forte vínculo com movimentos comunitários e populares de bairros. Atualmente são 217 Escolas Comunitárias de Educação Infantil parceirizadas com o Município de Porto Alegre via Secretaria Municipal de Educação.

Para este texto partimos de duas teses: 1) A Educação Popular no contexto das parcerias público privado na Educação Infantil é compreendida como educação pobre para pobre. E, 2) A Educação Infantil Comunitária não expressa o sentido de comunitário emancipatório.

Para trabalhar estes temas a metodologia adotada é revisão bibliográfica e documental, mais a autoetnografia (ELLIS; BOCHNER, 2000) para a Sistematização de Experiências

(JARA, 2006), utilizando diários e Cartas Pedagógicas (PAULO, 2028) pessoais, os quais registram atividades e reflexões advindas da minha inserção na AEPPA.

Para tratar destas teses vou buscar documentos que comprovem estas teses, a começar pelo conceito de Educação Popular que tem vários sentidos, incluindo a popularização da educação, educação mínima, assistencialismo e sentidos mais críticos tais como: libertação, emancipação, resistência e transformação social. (PAULO, 2018). Já o comunitário teremos, igualmente, vários sentidos, como atividades realizadas nas comunidades (territórios), em especial a partir de projetos sociais nas comunidades. Torres (1997) apresenta os sentidos de comunidade, trazendo o comunitário na tradição sociológica, tanto como resistência a economia capitalista, como em sociedades tradicionais que o comunitário se associava a vida coletiva, baseada no parentesco, na proximidade territorial, na identidade étnica ou na afinidade de suas convicções.

A Educação Infantil Comunitária não expressa o sentido de comunitário emancipatório da Educação Popular libertadora-freiriana, tampouco um sentido que se opõe a sociedade capitalista ou de um bem viver com dignidade humana, valorizando o trabalho realizado no território e trabalhadores qualificados. Ainda existe resquícios de uma educação comunitária de valor tradicional, de beneficência, voluntariado e de convicção religiosa, ou como populismo romântico (TORRES, 1997).

Do desenho metodológico:

Este artigo é resultado de um processo de pesquisa qualitativa- participativa a partir de mim, como participante da AEPPA e pesquisadora do tema. Ao mesmo tempo que fui observadora dos processos formativos da AEPPA (reuniões, cursos, conversas, etc.), também fui participante de todas as atividades. Sendo assim, o processo metodológico tem como foco de estudo do processo vivenciado pelos sujeitos que congregam a AEPPA, a partir de meus registros em Diários e Cartas Pedagógicas, instrumentos metodológicos.

O uso da autoetnografia, integrado no rol de pesquisas participativas, porque neste caso os dados sobre o contexto estudado parte de registros em meus Diários, cujos escritos são oriundos de atividades participativas de todo grupo da AEPPA e outros de cursos formativos destinados às educadoras e coordenadoras da Educação Infantil. Eu, no último caso, fui uma das professoras do curso, logo as questões feitas para as participantes dos cursos foram

planejadas e delas eu registrava o resultado nas discussões em meus Diários. Também registrava o que surgia durante e após as discussões a partir dos temas abordados. Neste caso, posso dizer que usamos observação participante.

Com relação as Cartas Pedagógicas, eu as utilizei com duas finalidades: fazer aulas com e a partir de Cartas Pedagógicas e como síntese dos conhecimentos e reflexões advindas após a aula, a qual apresentava no encontro posterior como um momento de recuperação da discussão realizada na aula anterior. (PAULO; GAIO, 2021, FREITAS, 2021 e PAULO, 2022).

O exercício da autoetnografia – como parte das pesquisas participantes devido o contexto e como ela foi utilizada, mostra-nos que precisamos de vários instrumentos metodológicos (Cartas Pedagógicas e diários) para que destas opções metodológicas possamos reunir dados para a Sistematização de Experiências (JARA, 2006). E nesta composição, não podemos abrir mão de uma revisão bibliográfica e documental. Para um demonstrativo da escolha metodológica, construí um desenho que, acredito, poder contribuir para quem ainda não conhece estas possibilidades metodológicas.

Figura 1- Desenho do processo metodológico.



Fonte: da autora.

Sobre a AEPPA e a Educação Infantil Comunitária: Processos educativos em suas dimensões políticas e pedagógica

Para Ellis e Bochner (2000) a autoetnografia é um gênero autobiográfico de escrita reflexiva e pesquisa centrada em nossa experiência, cuja escrita se dá na primeira pessoa, contando com a recuperação da nossa memória em torno do tema pesquisado.

Na Educação Popular, utilizamos a “Sistematização de Experiências” que segundo Oscar Jara (2006) o terceiro “tempo” apresenta dois “momentos”, o da reconstrução da história e o da ordenação e classificação das informações. Este momento de sistematização conta com os aspectos descritivos acerca da experiência. Para a reconstrução das experiências acerca da formação, valorização e reconhecimento das educadoras das Educação Infantil Comunitária apresento um quadro síntese dos movimentos em prol da formação, valorização e reconhecimento das educadoras que atuam neste contexto, marcado pelo regime de Parceria Público Privado.

O quadro é construído mantendo a ordem cronológicas dos movimentos realizado pela AEPPA, sendo que temos quatro fontes de informação: a) minhas experiências registradas em artigos, cartas pedagógicas e documentos; b) documentos da AEPPA; c) referencial teórico acerca do tema específico; d) reuniões e discussões da e na AEPPA. Sendo assim, apresentamos o quadro de recuperação das lutas em prol da formação, valorização e reconhecimento profissional.

Quadro 1: Sistematização de Experiência: organização dos processos vividos

O que conquistamos?	Quando?	Os sujeitos do processo vivido
A AEPPA inicia informalmente, como Comissão de Educação a partir da microrregião 5. Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi pautado, mediante o Fórum de Educação do Conselho Tutelar, a necessidade de formação para as educadoras das creches comunitárias.	1991 a 1994	Microrregião 5 e Fórum de Educação do Conselho Tutelar.
Educadoras-militantes de várias instituições de Educação Infantil saíram às ruas para reivindicar que a prefeitura assumisse as creches comunitárias, pois havia sido extinta a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Educadoras que criaram a AEPPA, enquanto movimento em 1996, estavam neste ato político.	1993	Militantes da educação, educadores populares, lideranças comunitárias, educadoras, conselheiros tutelares e famílias foram para frente da prefeitura.
A AEPPA organiza um coletivo para estudos da LDBEN, porque viu em uma nota do jornal Correio do Povo a notícia que para atuar na Educação Infantil necessitaria formação. Aqui começou os estudos das políticas educacionais e da Educação Popular.	1996	AEPPA enquanto Movimento de Educação Popular (movimento das educadoras populares).
Organização do Curso Normal- Magistério, “direcionado para nós educadores populares, [...] Curso com 03 eixos norteadores: a Educação Popular, a Interdisciplinaridade e a Avaliação Emancipatória” (FERREIRA, 2010, p. 14).	1998	Orçamento Participativo, organização das educadoras populares a partir da Micro região V (Glória, Cruzeiro e Cristal) e da cidade de POA.
O projeto do Curso Normal/Magistério com base na Educação Popular foi aprovado.	2000	Orçamento Participativo (OP), aprovado pelo

		Conselho Municipal de Educação de POA (CME) e Secretaria Municipal de Educação (SMED).
Nasce a AEPPA como associação.	2000	AEPPA
80 educadores/as populares iniciaram sua formação no Curso Normal/Magistério com base na Educação Popular.	2001	Escola Municipal Emílio Meyer, no Curso Normal.
Novo Curso Normal/Magistério com base na Educação Popular.	1999 - 2000	Escola Municipal Liberato Salzano Vieira da Cunha.
Curso de Pedagogia de Educação Popular na UERGS - 150 educadores/as iniciaram a graduação.	2002	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).
Convênio entre IPA (Instituto Metodista) e AEPPA para bolsas de graduação. No curso de Pedagogia, foram inseridos os componentes curriculares: Educação Popular e educação em Contexto Não Escolar.	2005	Centro Universitário Metodista (IPA).
Dissertação de Otilia Kroeff Susin, intitulada como “A educação infantil em Porto Alegre: um estudo das creches comunitárias” – pesquisa que fortalece a AEPPA na luta por formação.	2005	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Parceria com PUCRS e Ministério da Educação e Cultura - MEC, onde foi encaminhado 126 educadores/as em um curso elaborado com e para eles/elas: Pedagogia com ênfase em Educação Popular.	2006	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Demanda de especialização para educadores e educadoras populares.	2007	Na AEPPA, a partir do núcleo da Pós-graduação. Reuniões no CME, ASAFOM, uma Comissão formada pela primeira turma de formados em Pedagogia em Educação pela Popular da UERGS, associados da AEPPA e a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores de POA.
Em outubro de 2007, em uma reunião ocorrida com os associados, foi anunciado à organização da agenda com a UFRGS- FACED, sendo que a primeira ocorreria em novembro. O tema era curso de graduação para as educadoras da educação infantil e do SASE, hoje SCFV.	2007	AEPPA e Sofia Cavedon
Maria Luiza Rodrigues Flores apresenta a tese “Movimento e complexidade na garantia do direito à Educação Infantil: um estudo sobre políticas públicas em Porto Alegre (1989-2004)”, pesquisa que fortalece a luta da AEPPA.	2007	UFRGS
Mobilização da ASAFOM em prol da qualificação das instituições de Educação Infantil com o pedido de aumento de recursos. A Aeppa esteve junto da mobilização com faixas expondo sua luta por valorização, reconhecimento e formação de educadores populares.	2007	AEPPA, ASAFOM e dezenas de instituições conveniadas.
Convênio entre AEPPA e FAE/SÉVIGNÉ para duas bolsas de Pedagogia.	2007	AEPPA demandou as bolsas.

Curso de Pós-graduação em Educação Popular e Gestão em Movimentos Sociais. Assinado o convênio entre AEPPA, Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente e ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre), 40 educadores iniciam suas formações.	2008	Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente; ATEMPA; Instituto Superior de Educação Ivoti; AEPPA.
Seminário da AEPPA: “08 anos colhendo frutos na prática da EP”. Pauta: conquistas e lutas em prol da formação, valorização e reconhecimento das educadoras com a realização de um planejamento de ações.	2008	AEPPA
As instituições conveniadas foram para frente da prefeitura solicitar aumento de repasse. A aeppa esteve na luta com uma faixa que dizia: AEPPA pela formação e reconhecimento profissional das educadoras populares”	2008	AEPPA participou junto com as centenas de pessoas vinculadas as instituições conveniadas.
Reunião na FACED-UFRGS para solicitar um curso de Pedagogia noturno para educadoras das instituições conveniadas.	2008	AEPPA e Sofia Cavedon
Graciete Maria de Oliveira, defende a tese “ Formação de educadores populares: análise da experiência educativa de creches comunitárias vinculadas a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre – AEPPA.” Pesquisa que fortalece a luta e a nossa identidade como educadoras populares e trabalhadoras da educação.	2008	Faculdade Escola Superior de Teologia no São Leopoldo (EST – São Leopoldo).
Fórum de Leituras e Estudos Paulo Freire	2008 a 2022	A AEPPA participou com apresentações de trabalho falando da desvalorização das educadoras e da luta da AEPPA em prol do seu reconhecimento e formação. Em algumas edições foi parceira e participou como comissão organizadora de pré-fóruns (UFRGS e UNISINOS).
Maria Otilia Kroeff Susin defende a tese: “A qualidade na educação infantil comunitária em Porto Alegre: estudo de caso em quatro creches conveniadas”. Pesquisa que contribui para a luta da AEPPA	2009	UFRGS.
Uma série de reuniões em prol da retomada dos cursos da PUCRS e da UERGS.	2010	AEPPA.
A AEPPA realizou um movimento para que as(os) educadoras(es) populares pudessem acessar e fazer parte do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), através da Plataforma Paulo Freire, mas não obteve êxito. (PAULO, 2013).	2010	AEPPA Gabinete da Sofia Cavedon.
Tamar Ferreira e Fernanda Paulo apresentam trabalhos de conclusão sobre a AEPPA (curso de graduação e especialização) – ambas bolsistas: Universidade e Movimento Social - AEPPA	2010	FAE/SÉVIGNÉ, Instituto Social, Brava Gente, Instituto Superior de Educação Ivoti e AEPPA.
Aeppa integra o GT Movimentos Sociais na UERGS com o objetivo de pautar a necessidade de retomar o curso de Pedagogia em Porto Alegre com currículo voltado para a	2011	AEPPA

Educação popular.		
Lucio Jose Dutra Lord, defende a tese “Educação, política e periferia: estudo sobre o movimento de educadores populares em Porto Alegre.” – trabalho que fortalece a AEPPA.	2011	USP
Formações temáticas (mensais) com certificação.	2011-2012	AEPPA
Criação do Grupo de Estudos e Pesquisa: Paulo Freire e Educação Popular, realização de encontros de estudos.	2012	AEPPA, com apoio do Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente.
Reuniões e entrega de documento na PUC para nova educação do curso de Pedagogia com ênfase em Educação Popular.	2012	AEPPA
AEPPA procura a ASAFOM e fala da demanda de pesquisa sobre a formação das educadoras da EI conveniada para documentar as solicitações de cursos para formação.	2012	A pesquisa não foi realizada.
A AEPPA entrega ofício para o diretor da faced-UFRGS objetivando um curso de graduação para os educadores das conveniadas.	2012	O documento foi assinado pela AEPPA, pela Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (ASAFOM) e pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).
Fernanda dos Santos Paulo apresenta a dissertação, realizada na AEPPA, via pesquisa participante, com o título: “A formação dos (as) educadores (as) populares a partir da práxis: um estudo de caso da AEPPA”.	2013	AEPPA e UFRGS.
Cursos livres na perspectiva da Educação Popular, gratuitos.	2016	AEPPA, com apoio do Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente.
Aeppa demanda de Curso de Especialização em Políticas sociais e Educação popular no IFRS Alvorada.	2016 e 2017	AEPPA
Reuniões sobre o curso de Especialização em Políticas sociais e Educação popular no IFRS Alvorada e início de escrita do PPC.	2018	AEPPA e IFRS Alvorada
AEPPA demanda curso de Pedagogia no IFRS Alvorada.	2018	AEPPA
AEPPA demanda para UFRGS/FACED um Curso para educadoras da Educação Infantil Comunitária de Porto Alegre.	2018	Realização do curso, FACED-UFRGS.
Simone Souza Prunier, participante do Grupo de Estudos e Pesquisa: “Paulo Freire e Educação Popular” da AEPPA defende a dissertação: “A parceria público-privado na educação infantil em Porto Alegre: suas implicações para o trabalho docente.”	2018	Grupo de Estudos e Pesquisa: “Paulo Freire e Educação Popular, AEPPA e UFRGS.
Cursos livres e de extensão para educadores na perspectiva da Educação Popular.	2018-2023	AEPPA, em parceria com outras instituições (CEAAL, Brava Gente, MEP, CAMP, IFRS, UFRGS etc.).
Documento para ao diretor: Cesar V. M. Lopes e a Vice-diretora: Magali M. de Menezes demandando um curso de Pedagogia noturno para educadoras das instituições comunitárias, parceiras do município de Porto Alegre, áreas da educação e assistência social.	2019	AEPPA

Documento para FAGED -UFRGS demandando um curso de Mestrado Profissional com o currículo construído e dialogado com o nosso movimento, pois desejamos que a Educação Popular seja a matriz de referência curricular.	2019	AEPPA
Maria Elisabete Machado, apresenta a tese: “Trajetórias universitárias e profissionais de egressos de um curso de pedagogia com ênfase em educação popular.” – curso conquistado pela AEPPA, o qual Bete foi aluna.	2019	PUCRS e AEPPA.
AEPPA demanda para UFRGS/FAGED Curso para coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil Comunitária de Porto Alegre. O curso contou com verba pública federal emenda parlamentar da deputada federal Maria do Rosário.	2019	Realização do curso previsto para 2022. UFRGS
Curso “Qualidade na Educação Infantil” para coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil Comunitária de Porto Alegre na UFRGS/FAGED. (ALBUQUERQUE; FLORES, 2022).	2022-2023	UFRGS/FAGED AEPPA.
AEPPA congrega o CEAAL como modo de se fortalecer junto a rede internacional de educadores populares e de movimentos de Educação Popular. Integrantes do CEAAL gravam vídeos apoiando luta das educadoras da Educação Infantil.	2021	AEPPA
Reuniões com a pauta da valorização profissional das educadoras das escolas de EI parceiras com o município de POA e a construção de uma proposta de formação como ferramenta de reflexão pedagógica e mobilização política. Minicurso: Educação Infantil Comunitária e Educação Popular: Formação, Reconhecimento e Valorização Profissional.	2023	Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre (ASAFOM) e Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Apoio: Movimento de Educação popular (MEP), Conselho de Educação Popular de América Latina e Caribe (CEAAL) e Movimento Professora Sim, Técnica de Desenvolvimento Não.
Eclodiu o Movimento Professora Sim, Técnica de Desenvolvimento Infantil a partir do “Curso de qualidade Infantil”, realizado na UFRGS.	2023	As coordenadoras e educadoras das ECEI foram as protagonistas e contaram com o apoio da AEPPA e da ASAFOM.
Realização de Audiências Públicas na Assembleia Legislativa (Sofia Cavedon) e na Câmara dos Vereadores (Jonas Reis).	2023	AEPPA demandou para Jonas e Sofia Cavedon as audiências. AEPPA e o Movimento Professora Sim, Técnica de Desenvolvimento Infantil Não entregam ofícios com suas demandas.
Audiência Pública da Comissão de Educação solicitada pela deputada federal Luciane Cavalcante. Objetivo: discutir os direitos das educadoras e Educação Infantil do Brasil.	2023	AEPPA assistiu a audiência registrando sua presença com comentários no canal de transmissão.

AEPPA e o “Movimento Professora Sim, Técnica de Desenvolvimento Infantil Não” iniciaram o planejamento das próximas ações em prol do reconhecimento e valorização profissional.	2023	AEPPA e o Movimento Professora Sim, Técnica de Desenvolvimento Infantil Não
Os Técnicos Em Desenvolvimento Infantil (TDI) não são mais do Sindicato dos Empregados em Entidades, Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional (SENALBA) de acordo com a convenção trabalhista de abril. Os presidentes das instituições, o GT, o SECRASO e o Sinpro estão negociando para que as TDI sejam reconhecidas como PROFESSORAS. Estão aguardando o retorno do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande Do Sul (SINPRO) (em negociação) com a nova proposta para levar aos presidentes e aos trabalhadores (as).	2023	AEPPA apoia que o SINPRO assuma as educadoras da Educação Infantil Comunitária
O contracheque de algumas educadoras da Educação Infantil Comunitária, após a saída do SENALBA e sem o acordo (ainda) com o SINPRO veio com um novo cargo: “educador social”.	2023	AEPPA é contrária a mudança de ocupação, tendo em vista que esta ocupação não é sinônimo de docência.

Fonte: Paulo (2010, 2013), Ferreira (2010), Ferreira e Paulo (2021) e atualização da autora contando com relatos de Jaqueline Brage, militante da AEPPA, com envio de documentos.

As informações do quadro contribui para que o nosso Movimento de Educação Popular, a AEPPA, possa reconstruir a sua história de lutas por formação, reconhecimento, valorização e valoração das educadoras que atuam nas Educação Infantil Comunitária. Diante disto, acredito que Sistematização de Experiências contribuirá para analisar e interpretar a trajetória pedagógica e política da AEPPA e da história da Educação Infantil Comunitária de Porto Alegre – RS (FLORES, 2007, PAULO, 2010, 2013, 2019; PAULO, ZITKOSKI, 2011; PAULO, FERREIRA, 2021).

De todos os registros apresentados no quadro apontp que a partir do Curso *Qualidade da Educação Infantil*, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS²) via AEPPA surgiu o *Movimento Professora Sim, Técnica de Desenvolvimento Infantil Não*. Deste movimento, após alguns anos, o tema da valorização profissional, retornou como pauta da educação infantil na cidade de Porto Alegre; o mesmo contexto coincidiu com um movimento originário em São Paulo, denominado como “Somos Todas Professoras” que tem expandido em todo território brasileiro. Na página do Movimento encontramos o seguinte texto:

Embora estejamos designadas, do ponto de vista legal, com diferentes nomenclaturas (**auxiliares de educação infantil, monitoras, pajens, educadora, recreacionista, técnicos de educação infantil, etc.**), **na verdade, somos todas professoras**. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei Federal nº

² Sigla para nos referirmos a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

9394/96), a partir da determinação prevista na Constituição Federal (artigo 208), fixou que a **educação infantil é a primeira etapa da educação básica**. Desta maneira, reconhece, juridicamente, a indissociabilidade do cuidar e do educar, garantindo a todos os profissionais da educação a legítima função de educadores/professores com a responsabilidade direta da ação pedagógica. **Tal reconhecimento foi fundamental para prestigiar a educação infantil, estruturando uma carreira profissional**, por um lado, e, por outro, prestando o devido atendimento às crianças, alinhando-se aos dispositivos do ECA, tudo com o objetivo de valorizar a qualidade da educação infantil da rede pública. (Somos Todas Professoras, <https://11nk.dev/OXV2o>. Grifos meus).

O mesmo tema foi abordado na cidade de Porto Alegre pela AEPPA, como podemos verificar abaixo:

65

Reconhecidas na carteira profissional como: monitora, assistente, atendente, auxiliar de recreacionista, etc. Essa realidade ainda é presente, pois dificilmente encontraremos educadores com a carteira profissional assinada como professora. Cabe destacar que para trabalhar nas creches comunitárias ainda é aceito o curso de educador assistente, o qual exige como escolaridade mínima o Ensino Fundamental. (PAULO, 2013, p. 221).

Posteriormente tivemos a nomenclatura de Técnica de Desenvolvimento Infantil, que exige formação conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN, 1996). Segundo o site do SENALBA-RS:

O SENALBA-RS é responsável por representar todos os trabalhadores, a exceção das categorias profissionais diferenciadas, nas relações de emprego existentes ou que venham a existir com entidades que tenham como atividade preponderante as atividades CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E/OU FORMAÇÃO PROFISSIONAL no Estado do Rio Grande do Sul. (<https://senalba-rs.com.br/contents/entidades-da-categoria>).

Como vimos o SENALBA não contempla profissionais que atuam como docentes. Seguimos para conhecer a área de atuação deste sindicato:

Entende-se como entidades de **ASSISTÊNCIA SOCIAL**, o SESC; SESI; SEST; as **creches comunitárias**; as Associações e Conselhos Comunitários; as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs); os Conselhos de Pais e Mestres (CPMs); **Associações e Movimentos Assistenciais**; Casas de Assistência aos Deficientes; Clube de Mães; Asilos Assistenciais, ONGs – **Organizações Não Governamentais**, etc. (<https://senalba-rs.com.br/contents/entidades-da-categoria>. Grifos meus).

Diante do exposto, volto as duas teses: 1) A Educação Popular no contexto das parcerias público privados na Educação Infantil é compreendida como educação pobre para pobre. E, 2) A Educação Infantil Comunitária não expressa o sentido de comunitário emancipatório.

Antes vou trazer alguns elementos históricos que contribuirão para a defesa das tuas teses. Os primeiros convênios entre Instituições Comunitárias (também chamadas como Organizações Não Governamentais ou Organizações Sociais) e Prefeitura Municipal de Porto

Alegre - SMED, iniciaram-se em 1993. Neste período, estas instituições eram reconhecidas como movimento comunitário ou movimento popular, daí a relação que se fez com a Educação Popular.

O atendimento à Educação Infantil em Porto Alegre iniciava com uma nova configuração, sendo organizada e ofertada pelas Escolas Municipais de Educação Infantil (mantida pelo município- estatal) e o que chamavam de Creches Comunitárias (mantidas pelas instituições comunitárias conveniada com poder público municipal). Esta mudança ocorreu, na época, porque a Educação Infantil, após a nova Constituição Federal (BRASIL,1988), deixou de estar vinculada às áreas da saúde e da assistência social para integrar a área da educação, melhor consolidada em 1996, com a LDBEN. Os primeiros convênios, atualmente nomeado como parceria, deram-se em 1993, prefeitura administrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Foi nesse contexto, que surgiram as Creches Comunitárias, mas devido, sobretudo a duas situações: “interrupção do repasse de recursos vindos da Legião Brasileira de Assistência – LBA” (FLORES, 2007, p.101) e mobilização das comunidades para solicitar que o poder público assumisse a educação das crianças pequenas, mantidas pelas associações de moradores, de bairro, comunitárias, etc. Sobre este movimento, segundo uma das companheiras da AEPPA: “No ano de 1993, em POA, foi criado o sistema de convênio com creches Comunitárias pela Prefeitura, está criação se deve a reivindicação do movimento organizado das creches comunitárias” (FERREIRA, 2010, p. 32).

Interessante, que desde então, o SENALBA foi o sindicato das educadoras das então “Creches Comunitárias”, intituladas há mais de uma década como Escolas Comunitárias de Educação Infantil. Como observamos a Educação Infantil não faz parte da assistência social, mas o sindicato das “professoras” das Escolas Comunitárias de Educação Infantil é o SENALBA e não o SINPRO. Em meus diários e Cartas Pedagógicas encontro vários depoimentos de reuniões ou sistematizações realizadas nos processos formativos, realizados pela AEPPA ou em parceria com ela. Para explicitar o processo de precarização das relações de trabalho, escolho três registros:

QUADRO 3: Registros em Diários e Cartas Pedagógicas: Educação Infantil Precarizada

Registro	Fonte
Eu sou professora, mas na minha carteira eu sou outra coisa. Fiz o magistério, mas nada mudou. Estou fazendo pedagogia EAD pra tentar conseguir um emprego como professora. Fico pensando: mas eu sou professora de fato. Mas quando fui fazer um concurso a experiência não valeu porque na carteira não diz que sou professora. Trabalho 44 horas semanais e faço meu curso	Diário n. 2 de 2023. Resultado de reuniões realizadas na AEPPA e leituras dos grupos de WhatsApp.

no sábado.	
Elas atuam como professora, recebendo como Técnica de Desenvolvimento Infantil, cujo código da ocupação profissional é inexistente. Temos no CBO (Código Brasileiro de Ocupações) auxiliar de desenvolvimento infantil ou instrutor de nível médio.	Carta Pedagógica Síntese do Minicurso: Educação Infantil Comunitária e Educação Popular: Formação, Reconhecimento e Valorização Profissional.
Minha sobrinha, ela é pedagoga há 5 anos e, foi contratada como auxiliar. Só no ano que vem terá sua carteira assinada como professora. Mas na verdade ela já é a professora.	Relato de uma militante da AEPPA, registrado no meu Diário de n. 1.

Fonte: da autora.

O quadro nos mostra a precarização das relações de trabalho, residindo na intensificação de cobranças que não condizem a sua ocupação profissional. Para demonstração alguns fatores de Condições de Trabalho e Prática docente não reconhecida legalmente: carga horária maior do que a prevista na área da Educação Infantil, necessidade de formação exigida em lei, mas sem o reconhecimento na carteira de trabalho, acúmulo e excesso de trabalho, entre outros que podem ser verificados no quadro abaixo.

QUADRO 3: Comparativo ente SENALBA e SINPRO.

Nomenclatura	Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande Do Sul (SINPRO)	Sindicato dos Empregados em Entidades, Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional (SENALBA)
	REALIDADE LEGAL E NÃO CUMPRIDA	REALIDADE ATUAL
	Professor de Educação Infantil	Técnica de Desenvolvimento Infantil
Formação Exigida	Magistério e/ou Pedagogia	Magistério e/ou Pedagogia
Horas Trabalhadas	Mínimo 30h semanais não podendo ultrapassar 40h/ semanais.	44h/ semanais
Planejamento Pedagógico	4h semanais- Professor substituído para poder planejar ou remunerado com hora extra caso ocorra fora do horário de trabalho	1 formação mensal dentro do horário de trabalho. Sem atendimento às crianças.
Remuneração	<u>11,27/ hora-aula</u> (variável)	9,23/ hora-aula
Hora extra	Em atividades que exceder sua carga horária. Previsto adicional noturno a partir das 18h. Previsto caso ocorra dentro do horário de descanso.	Banco de Horas

Adicional salarial por aprimoramento acadêmico	a) Especialização- 5% (cinco por cento) b) Mestrado- 10% (dez por cento) c) Doutorado- 15% (quinze por cento)	Não há remuneração extra por aprimoramento acadêmico.
--	---	---

Fonte: Grupo PROFE SIM, TDI NAO! <https://web.whatsapp.com/>

Em conformidade com Alves (2007) as relações de precariedade possuem múltiplos entendimentos, os quais abrangem o que consta no quadro 3. O autor vai mencionar a instabilidade no emprego, as mudanças nas formas de contratação, a inexistência de plano de carreira entre outros.

O trabalho docente na Educação Infantil Comunitária de Porto Alegre não reconhecido como tal, revela um processo de precarização, marcado pelo contexto neoliberal em que a intensificação da desregulamentação dos direitos trabalhistas se apresenta como natural e nada problematizado; talvez porque o **comunitário** seja entendido como benevolência, assistencialismo e voluntariado; e, a **Educação Popular** como “extensão da escola elementar às crianças das camadas pobre” (PAULO, 2018, p. 133), ou “como sinônimo de educação para o pobre” (PAULO, 2018, p. 138). Nestes casos, o sentido dado a Educação Popular se distancia de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão (BRANDÃO, 2006; PAULO, 2018). O mesmo ocorre com o comunitário que poderia ser compreendido como classe trabalhadora que reside em periferias, onde o território é marcado por lutas populares para conquistas de direitos sociais básicos.

O quadro 3 mostra, visivelmente, as estratégias de precarização e intensificação do trabalho docente, que contribui para a alienação do trabalhador, tendo em vista que as mesmas, maioria mulheres, não tem ao menos, tempo para conhecer, estudar e refletir acerca da sua realidade de trabalho. Na AEPPA dizemos que esse movimento de precarização das relações de trabalho enfraquece a luta de trabalhadores e trabalhadoras. Verificamos, no curso denominado como “Educação Infantil Comunitária e Educação Popular: Formação, Reconhecimento e Valorização Profissional”, realizado pela AEPPA juntamente com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Canoas, que a maioria das educadoras desconhecem a história da Educação Infantil em Porto Alegre e não se reconheciam como precarizadas, além de desconhecer a relação entre precarização das relações de trabalho a as parcerias público-privado em que:

A Educação Infantil Conveniada ocorre via parcerias público-privados por meio de Regime de Colaboração. As Organizações da Sociedade Civil (Instituições de Educação Infantil comunitária), ao assinarem o Termo de Colaboração celebrado entre Secretaria

Municipal de Educação e Instituição, devem oferecer gratuitamente o atendimento educacional a todas as crianças devidamente matriculadas. O atendimento educacional ofertado nessas instituições é de tempo integral, ao longo de cinco (5) dias por semana. **Para a universalização da pré-escola e a ampliação progressiva de creches, a cidade de Porto Alegre tem cada vez mais um número crescente de instituições parceirizadas, sobretudo para as crianças das periferias.** (PAULO; FERREIRA, 2021, p.6. Grifos meus).

A descrição acima se completa quando trazemos alguns pontos que clarificam este contexto:

1) A política de conveniamento, iniciado em 1993, hoje parcerias público-privados, era para ser uma política provisória e se tornou definitiva; nessa política inexistia a construção de um projeto de valorização e reconhecimento das trabalhadoras da Educação Infantil Comunitária.

2) As mantenedoras das Escolas Comunitárias de Educação Infantil, a maioria sendo associações comunitárias de bairro, passaram a executar políticas públicas e se afastam das mobilizações sociais; atualmente muitas instituições mantenedoras não estão junto com a AEPPA e com o movimento “#Professor Sim Tecnico desenvolvimento infantil Não”, na luta a favor da valorização e reconhecimento das trabalhadoras da Educação Infantil;

3) Existem conquistas da AEPPA, concernente a formação docente. Elas foram importantes, mas a maioria das educadoras formadas em Pedagogia não permaneceram nas instituições e isso se deve a falta de valorização e reconhecimento dos profissionais; existe uma grande rotatividade de trabalhadoras da Educação Infantil Comunitária por decorrência da falta de um Plano de Carreira que valorize essas trabalhadoras; (PAULO; FERREIRA, 2021).

4) A maioria dos dirigentes das Escolas Comunitárias de Educação Infantil não possui uma formação pedagógica, o que prejudica a mobilização e as conquistas da profissionalização da Educação Infantil, além da falta de compreensão da política educacional.

5) Em junho de 2023 iniciou uma mudança de cargo na carteira profissional digital de algumas das educadoras das Escolas Comunitárias de Educação Infantil, deixando de ser Técnica do Desenvolvimento Infantil (TDI) para de “Instrutor nível médio” e “educador Social”, ocupações ainda sob a gerência do SENALBA. Neste cenário de incertezas, muitas educadoras da Educação Infantil, ficam com medo do desemprego e por esta razão não participam das mobilizações em defesa da sua valorização profissional.

Daí que a partir da realidade explanada, podemos confirmar a tese 1 e 2 assim declaradas: Quem utiliza a expressão Educação Popular no contexto das parcerias público privados na Educação Infantil Comunitária de Porto Alegre a compreende como educação pobre para pobre e como caridade, afastando-se do sentido emancipatório da Educação popular freiriana.

O item 4 descrito anteriormente, poderia ser acrescido da seguinte afirmação “nós dirigentes (organizações sociais) não queremos que a Educação Infantil deixe de existir de modo parcerizado”. (Registro no Diário 1). Mesmo com todas as lutas da AEPPA, muitos dirigentes se recusam de participar dos processos de formação com base na Educação Popular e ainda não conseguem visualizar que o parcerizado na Educação Infantil é sinônimo de precarização.

Um outro exemplo recente é o resultado da luta das educadoras da Educação Infantil Comunitária de Porto Alegre, que mesmo buscando pautar suas demandas (quadro 2), ainda tem suas reivindicações invisibilizadas na cidade de Porto Alegre e silenciadas pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Observemos o depoimento de uma militante da AEPPA, que ajudará na exposição da relação entre comunitário e precarização do trabalho docente. O depoimento foi uma mensagem escrita, no dia 12 de julho de 2023, e enviada para o meu WhatsApp privado. Eu o copieei e coloquei no meu diário.

Fiquei sabendo que o Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI) não existe mais e nem está em nenhum sindicato. Não é mais o SENALBA. Hoje nós, TDIs, estamos sem sindicato. Mas fui olhar o meu contracheque e vi que meu cargo mudou de TDI para educador social. Isso pode? Mando a foto pra tu conferir, desde junho passei a ser educadora social.

A educadora, uma “docente” proletarizada (ANTUNES, 2000), me relatou algo que pareceu gravíssimo, pois o cargo de educador social não é uma ocupação da educação escolar, isto é, não pode ser sinônimo de docência. Também significa que o direito à Educação Infantil e os processos educativos realizados nas periferias são desvalorizados em suas dimensões políticas e pedagógicas. Da mesma forma, podemos dizer que temos a presença de políticas de precarização da oferta da Educação Infantil parcerizada em Porto Alegre e que os poucos processos de resistência a elas não têm visibilidade territorial e nacional.

Considerações finais

Neste texto busquei, via Sistematização de Experiências (JARA, 2006) e mediante pesquisa autoetnográfica, recuperar a realidade de trabalho das educadoras da Educação Infantil Comunitária de Porto Alegre, com o recorte temático para os processos de desvalorização docente, discutidos na AEPPA com educadoras deste contexto de trabalho precarizado.

O quadro 1 nos mostra as lutas e avanços da AEPPA em prol da formação, reconhecimento e valorização profissional, como pauta da precarização das relações de trabalho com vereadores(as), deputados(as) e lideranças comprometidas com a Educação Infantil na capital gaúcha. Podemos, a partir desse quadro, localizar as principais instituições que se destacam nas lutas a favor da formação e reconhecimento profissional, dentre elas citaremos duas: a AEPPA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (campus Canoas, Volante, Restinga e Alvorada). Estas instituições realizam, frequentemente, ações políticas, pedagógicas e educativas relacionadas a Educação Infantil Comunitária, fortalecendo as lutas em prol da formação, valorização e reconhecimento das trabalhadoras.

A pesquisa bibliográfica consta no quadro 1, revelando que são poucos (ainda) os estudos acerca do tema da Educação Infantil Comunitária no tocante ao trabalho docente. No tocante aos documentos analisados, utilizamos documentos da AEPPA, contribuindo para o quadro 1 e legislações educacionais, âmbito municipal e nacional.

No que se refere ao contexto da Educação Infantil em regime de Parceria Público Privado em Porto Alegre, não podemos esquecer de que ele contempla o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (BRASIL, 2014). Este contexto, segundo minhas análises, reproduz uma educação pobre para pobre; justificaria essa afirmação desde vários argumentos, mas aqui apresentei a relação de trabalho precarizado na contratação das “educadoras”. Como forma de denúncia e anúncio (FREIRE, 1996), posso afirmar que não temos professoras, contratadas com esta ocupação, nas 217 Escolas Comunitárias de Porto Alegre. Ou seja, temos escolas sem professoras e um desrespeito com as legislações de âmbito nacional. Como anúncio registro as lutas da AEPPA e do *Movimento Professora Sim, Técnica de Desenvolvimento Infantil Não*, ambos reivindicando troca de sindicato e que a prefeitura assuma esta responsabilidade aumentando os recursos financeiros para formalizar a contratação de docentes, garantindo seus direitos conforme legislação nacional.

O contexto específico de oferta de Educação Infantil é marcado pela crescente e histórica precarização docente, ainda invisibilizado em nosso país; parece-me, então, que é importante a denúncia desta situação em âmbito nacional. Neste ato de denúncia, ao longo do texto, problematizei os sentidos dados ao comunitário e a Educação Popular nas Escolas Comunitárias de Educação Infantil, caracterizando essa realidade como um lugar de perpetuação da desvalorização profissional de trabalhadoras da educação, agravando mais a situação porque estas instituições localizam-se em territórios periféricos. Dessa maneira, concluo que os sentidos para *comunitário* e *Educação Popular* é excludente e assentado em políticas benevolentes e assistencialista (ver a descrição do SENALBA que coloca a Educação infantil como política de recreação e assistencial). Uma das marcas desta exclusão e de desigualdade social é que as educadoras não são reconhecidas enquanto docentes tanto pelo poder público como pelas comunidades, mesmo exercendo essa função. Assim, para complementar a análise reflexiva, apoiada nos instrumentos metodológicos utilizados, apresento três desafios:

Desafio político: é importante que todas as pessoas, incluindo sobretudo quem faz parte das Instituições Comunitárias e seus territórios, o conhecimento das políticas educacionais e conhecer o papel pedagógico das trabalhadoras da Educação Infantil, bem como as formas de contratado de trabalho. Apresentar, debater e refletir acerca dos recursos públicos recebidos da prefeitura e a qualidade da e na Educação Infantil, explicitando que é dever do município a oferta desta etapa da educação básica. Os quadros 2 e 3 exemplificam o contexto de precarização das relações de trabalho e merece ser estudada, problematizada e socializada. Esse contexto marca um desafio político de compromisso estatal, responsabilizando-o pelo descumprimento das legislações educacionais e na consolidação da desprofissionalização da docência na Educação Infantil em Porto Alegre.

Desafio pedagógico: É urgente qualificar o pedagógico das Escolas Comunitárias Educação Infantil com formação permanente e contratação de mais profissionais para gestão escolar). Os dirigentes necessitam ter formação pedagógica, pois não é possível que a Educação Infantil e, comunidades periféricas tenham uma visão arcaica de processos educativos-pedagógicos; a secretaria municipal de educação deve se responsabilizar pelos processos formativos gratuitos e acompanhar os mesmos. O quadro atual revela uma política de desqualificação e desprofissionalização da docência na Educação Infantil, o que é preocupante - ainda mais pela invisibilidade deste contexto.

Desafios educativos: É importante construir processos de formação política na comunidade e na cidade (BRANDÃO, 1984; FREIRE, 1996) . Sem formação política não teremos o apoio das comunidades na luta pela valorização e valoração das profissionais da Educação Infantil comunitária; tampouco, teremos a compreensão de que a oferta, via parceria público-privado, é a materialização das políticas educacionais de desvalorização e de precarização do direito à educação de qualidade social, podendo resumir assim: “fazer mais com menos”. Incluo, especialmente, a necessidade de contratação de profissionais com formação exigida em lei (LDBEN, 1996), garantido sindicato adequado e reconhecendo que na Educação Infantil temos que ter docentes e não educador assistente, técnico social, técnico de ensino médio, técnico de desenvolvimento infantil ou educador social. Por isso, aposto que a formação educativa e política nos territórios periféricos contribuiria para dar um novo sentido para o comunitário e para a Educação Popular (TORRES, 2008; STRECK, 2014; PAULO, 2018).

Nestes quesitos, a AEPPA tem realizado um trabalho de formação político-pedagógica necessário e importante, mas identifico um limite preocupante e que exige maiores investigações: a ausência da participação de todas as instituições nos processos formativos relacionados aos temas da Educação Infantil e da Educação Popular. Se por um lado, consideramos um avanço político a conquista de cursos demandados pela AEPPA, como foi o caso da ação de extensão denominado “Qualidade na Educação Infantil” (quadro 1), por outro lado, não conseguimos realizar um diálogo com a cidade de Porto Alegre, apresentando a história da Educação Infantil Comunitária: seus limites, avanços e desafios. Apostamos que o diálogo com a cidade, com as comunidades e com outros movimentos sociais populares pode vir a contribuir para o tema do reconhecimento e valorização docente das trabalhadoras da Educação Infantil Comunitária de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Simone; FLORES, Maria Luiza. Apresentação. In.: MARCELLO, Fabiana Amorim. **Curso de qualidade infantil**: Caderno formativo – eixo 2: Currículo da Educação Infantil. Porto Alegre, UFRGS, 2022.

ALVES, Giovanni. **A tessitura da redundância**: elementos teórico-metodológicos para uma investigação sobre a experiência da precarização do trabalho no Brasil. 31 Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 22 a 26 out – 2007. Disponível em: chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclcfndmkaj/http://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st34-1/3160-giovanialves-a-tessitura/file. Acesso: 13 de julho de 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

Associação de Educadores Populares de Porto Alegre. **Cartas de Princípios**, 2012, 2017 e 2022.

Associação de Educadores Populares de Porto Alegre. [função de Técnica de Desenvolvimento Infantil para Instrutor nível médio]. whatsapp: AEPPA - FREIRE e EP. 19 de maio de 2023.

74

BOCHNER, Arthur; ELLIS, Carolyn. **Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity**. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (orgs.). *Handbook of qualitative research*, Thousand Oaks: Sage, 2000, p.733-768.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é a educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11/ 07/2023.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Congresso Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 11/ 07/2023.

BRASIL. Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Congresso Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília. 2014.

FERREIRA, Tamar Gomes de Oliveira. **A Associação de Educadores Populares de Porto Alegre e a formação para e na cidadania**: O Educador Popular em discussão. Trabalho de conclusão do curso de Pedagogia. Porto Alegre: FAE/SÉVIGNÉ, 2010.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues. **Movimento e complexidade na garantia do direito à educação infantil**: um estudo sobre políticas públicas em Porto Alegre (1989-2004). Porto Alegre: UFRGS, 2007, 289 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Fazer a aula com Cartas Pedagógicas: legado de Paulo Freire e experiência de reinvenção no ensino superior. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 11, 2021.

JARA, Holliday, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília: MMA, 2006.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Formação dos/as educadores/as populares de Porto Alegre formados/as em Pedagogia**: identidade, trajetória e desafios. 2010. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Popular) – Instituto Superior de Educação Ivoti & Instituto de Desenvolvimento Brava Gente, Porto Alegre.

PAULO, Fernanda dos Santos. **A Formação do (as) educadores (as) populares a partir da Práxis**: Um estudo de caso da AEPPA. 2013. 278 f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PAULO, Fernanda dos Santos; ZITKOSKI, Jaime José. Educação infantil das classes populares: limites e possibilidades. **Revista de Ciências Humanas**. Frederico Westphalen, v. 12, n. 19, p. 51 - 73 dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/342>> Acesso em: 10 jul. 2023.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos. Relações público-privado na educação: políticas de democratização na concepção da educação popular? **Ciência em Movimento**: Educação e Direitos Humanos. v. 21, n. 42, dezembro de 2019.

PAULO, Fernanda dos Santos; FERREIRA, Gisiane Schneider. Formação de educadoras da Educação Infantil Comunitária: reflexões freirianas. **Revista Brasileira de Educação Básica**. Ano 6, Número Especial – Paulo Freire, setembro, 2021. p. 1-10.

PAULO, Fernanda dos Santos. Educação Popular e Educadores Sociais: fazendo aulas com Cartas Pedagógicas. **Relem**, Manaus (AM), v. 14, n. 23, jul./dez. 2021.

PAULO, Fernanda dos Santos; GAIO, Adriana. **Educação popular nas cartas do educador Carlos Rodrigues Brandão**: contribuições para a pedagogia latino-americana – Chapecó: Livrologia, 2021.

PAULO, Fernanda dos Santos. Cartas pedagógicas como instrumento metodológico de pesquisas participativas. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 9, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Sindicato dos Empregados em Entidades, Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional (SENALBA)**.

Disponível em: <https://senalba-rs.com.br/contents/entidades-da-categoria>) Acesso em: 10 jul. 2023. Acesso em: 10 jul. 2023.

STRECK, Danilo. et al. **Educação popular e docência**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TORRES. Alfonso. **La educación popular**: trayectoria y actualidad. Bogotá: El Buho, 2008.

TORRES, Alfonso. Modernidad y nuevos sentidos de lo comunitario. **Pedagogía y Saberes**. Bogotá, 1997, v. 10, p. 5-14. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/PYS/article/view/6211/5163>. Acesso: 13 de julho de 2023.